



RESENHA

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 532 p.

Thayanna Paula Neves Barros – Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: barrosthayanna@gmail.com

Érica Corrêa Monteiro – Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ericapaulaarq@yahoo.com.br

1 APRESENTAÇÃO

Uma das primeiras vozes de resistência e de participação cidadã feminina, diante dos excessos de um urbanismo autoritário, masculino e desumanizado, a autora da obra *The Death and Life of Great American Cities*, publicada originalmente em 1961 e traduzida, para o português, em 2000, sob o título *Morte e vida de grandes cidades*, Jane Butzner Jacobs, urbanista e ativista social, é, até os dias atuais, uma referência para se pensar o espaço urbano de forma humanizada (TAVOLARI, 2019). Nascida em 1916, na cidade de Scranton, Pensilvânia, EUA, mudou-se, em 1930, para Nova Iorque, onde trabalhou como *freelancer* em diversos tipos de periódicos, mesmo sem formação acadêmica em jornalismo. Em 1944, casou-se com o arquiteto Robert Jacobs e foi morar na Hudson Street, no bairro Greenwich Village. Poucos anos depois, Jane Jacobs entrou para o *staff* da Revista *Architectural Forum* e passou a escrever sobre cidades, criticando as tendências urbanísticas dominantes na década de 1950. Em 1961, lançou sua primeira e célebre obra, ora examinada, que logo alcançou grande

repercussão entre os teóricos da arquitetura e do urbanismo, por apresentar uma corajosa crítica ao planejamento urbano funcionalista ora vigente. No Brasil, apesar de tardiamente publicada — somente nos anos 2000 —, ampliou o recorte inicialmente destinado às cidades americanas.

A obra em destaque, *Morte e vida nas grandes cidades*, é um “ataque”, como a própria autora classifica, aos princípios funcionalistas do urbanismo vigentes em meados da década de 1960, propagados, principalmente, pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), instituição criada na Europa, a qual defendia e propagava os ideários da arquitetura e do urbanismo moderno e que, na percepção de Jacobs (2011), negava à cidade e aos espaços públicos a espontaneidade das relações sociais existentes no ambiente urbano, assim como a sua multiplicidade e a qualidade de vida urbana, principalmente, nos bairros de baixa renda.

A publicação da obra no Brasil se deu no período de construção de Brasília, que seguia um plano urbanístico baseado nos princípios propostos pelo CIAM e, simultaneamente, cresciam as críticas, na Europa e nos Estados Unidos, sobre o que Jacobs (2011) vai chamar de “urbanismo ortodoxo”, o qual vinha sendo adotado, também, no Brasil.

Portanto, como apontado pela autora, esta obra vai caracterizar um enfrentamento aos princípios básicos da Carta de Atenas, principal documento que dispunha sobre o pensamento urbanístico do CIAM, acerca da ideia de setorização ou organização espacial da cidade, segundo funções predeterminadas (JACOBS, 2011), o que remonta, inclusive, à crítica de Henri Lefebvre sobre a funcionalização dos espaços, que leva à perda da sociabilidade espontânea (LEFEBVRE, 1978), assunto abordado pela autora na obra em exame, sob um ponto de vista semelhante.

Em linhas gerais, Jacobs (2011) defende a diversidade nas cidades, ou seja, a mescla de usos e de usuários, assim como de edificações de idades e de estados de conservação variados, como base para garantir a vitalidade urbana, e observa que não seria possível chegar a este fim, por meio de esquemas teórico-conceituais, mas, sim, observando a cidade do ponto de vista de quem a pratica, cotidianamente, e das relações sociais, resultantes dessa prática, analisadas, nesta obra, sob o olhar atento e sob a sensibilidade de uma mulher, de uma mãe e de uma trabalhadora, que denuncia o planejamento das cidades, com base em padrões técnicos genéricos, os quais deixam de lado a diversidade dos usos e as

relações próximas entre os cidadãos, ressaltando, neste sentido, uma abordagem acentuada de gênero, em razão da preocupação com a presença de espaços públicos efetivamente voltados ao lazer e à sociabilidade, compreendidos como mecanismos de facilitação da vivência das mulheres e das mães na cidade.

Jacobs (2011) alerta, ainda, que a busca pela cidade perfeita, sob o raciocínio econômico da reurbanização, faz com que pequenos comércios e “cortiços” inteiros sejam estigmatizados e devastados, desapropriados e expropriados, bem como que as pessoas e a vitalidade presentes nestes espaços sejam ignoradas, em nome de “novas” formas e de funções predefinidas, as quais destroem a diversidade urbana.

Logo, Jacobs (2011) demonstra, na obra aqui resenhada, uma tentativa de introduzir novos princípios ao planejamento urbano e à reurbanização, contrários aos comumente ensinados nas escolas de arquitetura e de urbanismo e aos propagados socialmente. Além disso, a obra se mostra como uma ofensiva contra os princípios e contra os objetivos que moldaram o planejamento urbano e a reurbanização modernos e ortodoxos, como apontado anteriormente.

Portanto, a autora se propõe a escrever sobre o funcionamento da cidade na prática, de modo a compreender quais princípios do planejamento urbano e iniciativas de reurbanização viabilizam e quais inviabilizam a vitalidade socioeconômica nas cidades.

Assim, a obra é dividida em quatro partes principais. Na **primeira parte**, a autora se volta, principalmente, à observação e à tentativa de decifrar o comportamento social da população urbana, conduta imprescindível para compreender como surgem e o que significam, no contexto da cidade. A seguir, a **segunda parte**, que, de acordo com a autora, seria a mais importante da obra, enfoca o desempenho econômico das cidades e destaca a necessidade de que esses espaços tenham uma diversidade de usos mais complexa e densa, que proporcione, entre eles, uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social. A **terceira parte** examina aspectos da decadência e da revitalização das cidades, a partir da forma como estas são usadas e do comportamento de suas populações. Por fim, a **quarta parte** vai sugerir mudanças nas práticas de habitação, de trânsito, de projeto, de planejamento e de administração, bem como discutir o tipo de problema que as cidades apresentam, quanto ao manejo da complexidade ordenada.

2 SÍNTESE DA OBRA

Jacobs (2011) revela, em *Morte e vida de grandes cidades*, a essencialidade da diversidade para a vida urbana, uma vez que a multiplicidade de atividades e de usos aumenta a segurança das ruas e dos parques, ao atrair mais pessoas, as quais permitem que estes se tornem cheios de vida. Assim, já no início da obra, a autora nos apresenta um olhar minucioso, a partir de suas observações e das vivências da rua de sua casa, do seu olhar panorâmico, através das janelas, do contato e das relações e interações entre os vizinhos, além da sua experiência em outras cidades americanas.

Observa-se que Jacobs (2011) foca na perspectiva do pedestre em uma rua de determinado bairro norte-americano, em escala menor, para defender que a presença de muitas pessoas, mesmo desconhecidas, pode tornar as calçadas mais seguras. Para a autora, pessoas desconhecidas podem se tornar “protetoras” em potencial, ao afirmar que a segurança nas calçadas e nas ruas não é mantida somente pela polícia, mas “[...] é mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2011, p. 19).

De acordo com a autora, as ruas de um bairro próspero precisam ter três características relevantes ao favorecimento da segurança: clara separação entre o espaço público e o espaço privado; “olhos para a rua” (JACOBS, 2011, p. 33), ou seja, a ampliação da permeabilidade visual das ruas; e usuários transitando, ininterruptamente. Para que estes critérios sejam atendidos, pressupõe-se que, ao falar sobre espaços públicos e privados bem definidos, a autora pretende apontar que as pessoas tendem a se apropriar melhor deles e a ter mais responsabilidades e zelo sobre os espaços.

Jacobs (2011) explica que a multiplicidade de usos do espaço (residências, comércios variados, serviços e praças, por exemplo), com suas fachadas e com suas janelas voltadas para a rua (permeabilidade visual entre o exterior e o interior e vice-versa), funcionando durante o dia e durante a noite, são atributos relevantes para deixar a rua interessante e convidativa à circulação ininterrupta e às permanências espontâneas de moradores e de estranhos, como um “balé da calçada” (JACOBS, 2011, p. 42).

Nesse ambiente urbano, a autora defende que são as pessoas que, espontaneamente, consciente ou inconscientemente, ao utilizar o espaço público ou contemplá-lo, de suas casas, percebem todos os acontecimentos a sua volta

e, assim, acabam exercendo uma vigilância natural, um requisito básico para a segurança dos cidadãos.

Tal fator reforça, também, segundo Jacobs (2011), as interações sociais entre vizinhos, que passam a se conhecer e a compor redes de respeito e de confiança mútua, o que a autora chama de “confiança pública informal” (JACOBS, 2011, p. 34-35), essencial à manutenção da vitalidade urbana.

Nesse processo, a autora acredita que a participação das crianças nos espaços públicos é essencial, pois, ao compartilhá-los desde cedo, elas aprendem sobre senso de responsabilidade, sobre civilidade e sobre tolerância aos diferentes. Além disso, o uso misto dos espaços viabiliza a oportunidade de crianças brincarem e crescerem em um espaço com calçadas diversificadas: crianças nas ruas simbolizam ruas saudáveis e cheias de vida.

Em relação aos parques de bairro, Jacobs (2011) afirma que os modelos modernistas implantados são carentes de diversidade e monótonos, e que, somados aos usos monofuncionais de seu entorno, impõem um uso com horários limitados, cujo resultado seriam espaços vazios, degradados e propícios à violência urbana. Para a autora, implantar um parque ou praça em um bairro demanda critérios específicos, que atendam às reais necessidades e às expectativas daqueles que irão usufruí-los, e isso requer atenção e imersão nas vivências locais e participação da população nas decisões de projetos. Para que os parques e as praças tenham vida, as pessoas precisam se sentir convidadas aos usos e às permanências nos espaços, ou seja, eles precisam ter utilidade à comunidade.

Jacobs (2011) explana, ainda, sobre a relevância dos usos dos bairros, já que são úteis para as cidades, dos pontos de vista econômico e social. Segundo a autora, cada bairro possui particularidades; deste modo, preservar a multiplicidade e a heterogeneidade é uma diretriz relevante às cidades.

A autora ressalta a importância de bairros autogovernados pelos moradores, os quais devem se sentir responsáveis pelos espaços públicos dos seus bairros, em contraponto aos bairros autossuficientes, exaltados pelos modernistas. Nesse contexto, destacam-se as relações da “vizinhança de rua” (JACOBS, 2011, p. 126) para o funcionamento saudável das cidades, as quais se formam por atos corriqueiros do cotidiano, criam laços entre a comunidade e são reforçados por ações coletivas de bem-estar urbano.

Portanto, a autora vai falar de uma gestão compartilhada entre moradores e poder público, a partir do reconhecimento das experiências e das falas dos moradores nas tomadas de decisões de investimentos para o bairro. Interessante

destacar a atualidade desta perspectiva, intensamente debatida, atualmente, quanto à efetiva participação popular nos processos de gestão da cidade.

Mais adiante, Jacobs (2011) descreve o papel da diversidade de usos dos espaços da cidade. De acordo com a autora, os usos monofuncionais, propostos pelos modelos urbanísticos ortodoxos, causam prejuízos à cidade e à economia. Já a diversidade de usos, a multifuncionalidade, torna o espaço mais interessante, pelo fato de a comunidade estar servida por diversas opções de comércio, de serviços e de entretenimento. Este cenário pode permitir e estimular mais diversidade, no entanto, a autora ressalta que esta não é uma ação automática.

Diante disso, Jacobs (2011) pontua um conjunto de fatores complexos, para se promover a diversidade, tais como: espaços que atendam a mais de uma função principal, para estimular a presença de pessoas e o uso do espaço em diversos horários, por motivos distintos; quadras curtas, que podem ser mais interessantes, ao prover maiores oportunidades de mudanças de deslocamentos; mistura de prédios antigos e novos, a fim de estimular rendimentos econômicos variados; e, por fim, alta densidade de pessoas, sobretudo, nas áreas residenciais.

Segundo Jacobs (2011), bairros com ruas que possuem boa combinação de usos atraem uma grande quantidade de pessoas interessadas em consumir e/ou em utilizar o que é oferecido, e isso é um grande estímulo à economia local e um fator importante para que uma cidade prospere. Portanto, para a autora, uma cidade mesclada de usos gera diversidade urbana, com possível harmonia entre atividades econômicas e outras funcionalidades da cidade.

Sobre as quadras curtas, a autora destaca que as ruas devem oferecer oportunidades para as pessoas virarem as esquinas, frequentemente, em uma alusão a opções de trajetos. Tal redundará em um maior contato com a vizinhança e em descobertas e estímulos visuais interessantes, percebidos durante a caminhada. Conforme retrata Jacobs (2011), quadras longas (superquadras) possuem homogeneidade arquitetônica desinteressante, que torna as ruas isoladas e prejudiciais ao comércio, principalmente, pela escassa presença de pessoas nestes ambientes, e isso reforça a ideia de “[...] um retrato típico de áreas urbanas fracassadas” (JACOBS, 2011, p. 198). A autora afirma, ainda, que ruas frequentes e quadras curtas são valiosas, por propiciarem uma rede de usos combinados e complexos entre os usuários do bairro.

Outra forma de atrair diversidade aos bairros e às ruas inclui a mesclagem e a permanência dos prédios antigos — simples, comuns e de baixo valor —, e

dos deteriorados, junto às edificações novas. Para Jacobs (2011), além de contar a história do bairro e de promover uma identidade local, os prédios antigos podem ter seus usos transformados e adaptados às novas demandas locais. Diante disso, a autora afirma que “[...] as combinações de prédios antigos, e as consequentes combinações de custos de vida e de gostos, são essenciais para obter diversidade e estabilidade nas áreas residenciais, assim como a diversidade de empresas” (JACOBS, 2011, p. 211). No seu discurso, cabe ressaltar, ainda, a importância de investimentos e de manutenção destes prédios antigos, para que a área e a economia permaneçam vivas e fortalecidas.

Acercas da quarta condição de diversidade, a autora observa que as altas concentrações de pessoas e a baixa densidade influenciam na diversidade de usos das cidades e, conseqüentemente, na vida e/ou na morte destas, inclusive, em áreas residenciais.

Assim, Jacobs (2011) nos faz refletir sobre as vantagens de bairros com alta densidade, junto à multiplicidade de usos, que estimulem o grande fluxo de pessoas em diversos horários, para que as ruas sejam “assistidas” pela comunidade, como um caminho para o alcance da vitalidade urbana. Diante disso, a autora cita o exemplo do cortiço de *North End*, em Boston, ao apontá-lo como uma das áreas mais vibrantes e sadias da cidade. Considera, ainda, que o critério de alta densidade (muitas unidades residenciais no terreno) é diferente do de superlotação (muitas pessoas, dentro de cada moradia), fato ignorado pelos planejadores urbanos, os quais relacionam ambos a *déficits*, que resultariam em situações prejudiciais a uma vida urbana mais digna à população.

No entanto, Jacobs (2011) deixa claro que o cálculo sobre a densidade mais adequada é complexo, uma vez que depende de questões de funcionalidade, que mudam conforme as particularidades do lugar. Logo, do ponto de vista da autora, a concentração suficientemente alta de pessoas não pode ser considerada, de pronto, indesejável, mas deve ser vislumbrada como um trunfo para definir novas formas de se planejar a cidade e para possibilitar oportunidades viáveis ao desenvolvimento da vida urbana, sob densas e diversificadas concentrações de populações urbanas.

A autora também traz à tona os preconceitos infundados dos modernistas sobre a implantação dos usos mistos na cidade, que classificam como desagradáveis, por provocarem congestionamentos no trânsito e por estimularem usos nocivos. Entretanto, tal rejeição acaba transformando a cidade em “algo estéril”, “rígido”

e “vazio” (JACOBS, 2011, p. 245), ou seja, contrária à diversidade. Por outro lado, a escritora atenta ao fato de que a diversidade urbana emergente, do tipo que é catalisada pela associação de usos principais combinados, de ruas frequentes, de mistura de prédios de várias épocas e custos e de forte concentração de usuários, não acarreta as desvantagens à diversidade comumente presumida, o que ela chama de “pseudociência do urbanismo” (JACOBS, 2011, p. 246).

Para Jacobs (2011, p. 245), a aparência dita “feia”, os congestionamentos e os usos nocivos estariam mais associados a profissionais incapazes de solucionar problemas estéticos e funcionais da cidade, por não levarem em consideração a importância da heterogeneidade arquitetônica do ambiente urbano, que imprime identidade e autenticidade locais, assim como as opiniões, os gostos, as culturas e as relações e interações saudáveis entre os moradores, que tornam o lugar interessante, prazeroso e estimulante, tanto do ponto de vista social quanto do econômico, considerando os locais de ocorrência das intervenções.

Neste cenário, revela-se a necessidade de todos os tipos de diversidade nas cidades americanas, *locus* principal de análise da autora, de modo que a vida urbana funcione adequada e construtivamente, e que a população das cidades possa preservar e desenvolver cada vez mais a sociedade e a civilização. Contudo, ressalta que grande parte desta diversidade é produto de uma quantidade enorme de pessoas e de distintas organizações privadas, que têm concepções e interesses conflitantes. Nesse sentido, as funções primordiais do urbanismo e do planejamento urbano são desenvolver cidades que sejam um lugar conveniente para que esse arcabouço variado de planos, de ideias e de oportunidades extraoficiais floresça, junto com o desenvolvimento de empreendimentos públicos.

Porém, não se podem ignorar as “forças poderosas” (JACOBS, 2011, p. 267), em geral, bancos, companhias de seguros e escritórios de prestígio, que influenciam o crescimento da diversidade e da vitalidade das cidades, as quais, quando atuam negativamente, apresentam tendências que levam: à destruição da diversidade urbana por si mesma; a elementos isolados poderosos nas cidades, que contribuem para a decadência; à flutuação populacional, contrapondo-se ao crescimento da diversidade; e à tendência dos recursos financeiros públicos e privados de superalimentar ou subalimentar o desenvolvimento e as mudanças.

Outro fator de destaque, que inviabiliza a diversidade das cidades, são as zonas de fronteiras, formadas por usos únicos de grandes proporções nas cidades. Jacobs (2011) destaca as linhas férreas como exemplo clássico de fronteira, assim

como as orlas, os *campi*, as vias expressas, os estacionamentos extensos e os parques amplos, ao se situarem em vizinhanças “agonizantes” e “decadentes” (JACOBS, 2011, p. 286). O grande problema das fronteiras é, segundo a autora, o fato de representarem barreiras para a maioria das pessoas.

Neste sentido, Jacobs (2011) aponta a gravidade da existência destas fronteiras, porque a mistura de pessoas, que se fazem presentes, por finalidades diferentes, é o único meio de preservar a segurança nas ruas e de cultivar a diversidade derivada, bem como a única forma de estimular a formação de distritos, ao invés de bairros ou lugares ermos, fracionados, fechados e estagnados. Portanto, é necessário empregar uma força contrária à das fronteiras urbanas, por meio do uso máximo de elementos urbanos, que constituam um território misto, vivo, evitando-se a construção de barreiras desnecessárias.

Para além das zonas de fronteira, Jacobs (2011) atenta às áreas de cortiços, que, a partir da sua recuperação e de sua inseparável diversificação, poderiam representar as maiores forças regeneradoras, próprias da economia vigorosa das metrópoles norte-americanas, mas que, sob os olhos do urbanismo tradicional e da “sabedoria” da reurbanização (JACOBS, 2011, p. 324), representam apenas desordem social e confusão econômica. Logo, autora ressalta a desconsideração do planejamento urbano sobre a diversificação espontânea das populações urbanas, muito presente nas áreas de cortiços; indicando que os planejadores urbanos parecem não reconhecer esta força de diversificação e nem se sentem atraídos pelas questões estéticas de sua expressão. O sucesso na recuperação das áreas de cortiço pressupõe, portanto, mais o apego suficiente dos moradores aos cortiços e a viabilidade de sua permanência do que a preocupação dos planejadores em revitalizar estas áreas.

Assim, cabe trazer à discussão o poder dado ao domínio econômico, tanto para a decadência quanto para a revitalização das cidades, o que não se resume a simples disponibilidade de dinheiro, mas a como ele se torna disponível e para que finalidade.

Jacobs (2011) apresenta três formas principais de capital, que custeiam e que orientam as mudanças em imóveis residenciais e comerciais nas cidades. A primeira, e mais importante delas, é o crédito concedido pelas instituições de empréstimo privadas convencionais. A segunda forma de capital é a que o governo fornece, por meio de receitas tributárias ou de seu poder de tomar empréstimos. Já a terceira forma de capital, vem do mundo paralelo de investimentos, conhecido

como “submundo” de dinheiro vivo e de crédito (JACOBS, 2011, p. 325). Essas três formas de capital têm sua função no financiamento das transformações imobiliárias urbanas e esse dinheiro provoca mudanças drásticas nas cidades; poucas, relacionadas às mudanças graduais, destinadas à construção de uma base sólida para as cidades, que gerem diversificações complexas, voltadas à preservação da liberdade nas ruas e à autogestão dos cidadãos, por exemplo.

A autora chama a atenção para o fato de que critérios, como recuperação de cortiços, catalisação da diversidade e preservação de ruas vivas, não eram, à época, reconhecidos, enquanto objetivos do planejamento urbano e, portanto, os planejadores e as instituições responsáveis pela execução dos planos não tinham estratégias e táticas para concretizar tais metas.

Por outro lado, temas como moradias subsidiadas, trânsito, padrão estético urbano e métodos analíticos já eram reconhecidos como pertencentes à esfera de ação do planejamento urbano. A imposição de metas e de táticas, pelo planejamento urbano convencional, para essas questões acaba transformando os agentes em prisioneiros das suas táticas, ao ponto de raramente se enxergar estratégias por trás delas.

Quanto às questões de moradia, por exemplo, Jacobs (2011) alerta sobre a confusão a respeito do funcionamento das cidades, que cresceu em torno do conceito de conjunto habitacional subsidiado e que se transformou em um “[...] emaranhado de instrumentos legislativos, financeiros, arquitetônicos e analíticos aplicados às cidades” (JACOBS, 2011, p. 358). As pessoas que não podiam ser abrigadas pela iniciativa privada se transformaram em um grupo estatístico, com base na sua renda, que apresenta necessidades peculiares, as quais a autora compara às de presidiários. Essa segregação de parte da população pela renda, isolada em seus próprios bairros, é fortemente criticada pela autora, que revela o predomínio do interesse do capital e das parcerias com o governo.

Outro tema destacado por Jacobs (2011), dentro da esfera do planejamento urbano, é o crescimento do uso de automóveis e os problemas de trânsito. A autora propõe uma análise mais aprofundada, fugindo dos padrões de culpabilidade exclusiva dos automóveis por todos os problemas das cidades.

Desta maneira, alerta que o problema do predomínio de veículos, além do tolerável, não diz respeito exclusivamente aos automóveis, e pressupõe que a maior virtude das ruas não é o fato de inexistir circulação de veículos, mas, sim, destas não serem sufocadas e dominadas por uma “[...] inundação de carros e serem mais

fáceis de atravessar” (JACOBS, 2011, p. 383). A problemática, portanto, é, menos o fato de afastar os carros do que reduzir o seu predomínio e combater a perda de espaços de lazer nas calçadas, por exemplo, provocada por eles.

A sujeição excessiva aos automóveis e a concentração urbana de usos, segundo a autora, são incompatíveis. Na prática, dependendo de qual dos dois predomine, ocorre um dos processos a seguir: a erosão das cidades pelos automóveis, o que Jacobs (2011, p. 384) aponta como “retroalimentação positiva”, ou a redução dos automóveis nas cidades.

Sobre os padrões estéticos inseridos no planejamento urbano, Jacobs (2011, p. 415) ressalta que “[...] uma cidade não pode ser uma obra de arte”. Apesar da importância da arte, não apenas na organização das cidades, mas, também, em outras esferas da vida, elas não são a mesma coisa. A confusão entre elas seria, para a autora, uma das razões de planejamentos urbanos tão decepcionantes.

Resumir a cidade ou bairros a um problema arquitetônico, passível de adquirir ordem, por meio de sua transformação em uma obra de arte disciplinada, é, como ressalta Jacobs (2011, p. 215), “[...] cometer o erro de tentar substituir a vida pela arte”. Segundo a autora, o planejamento moderno tem se sobrecarregado, desde o princípio, com o objetivo equivocado de converter cidades em obras de artes.

Neste sentido, Jacobs (2011) critica a atuação de construtores que não pensam, além de empreendimentos por faixa de renda; de engenheiros de tráfego, que não vislumbram formas, além da acomodação de carros; e de arquitetos, que aplicam o desenho urbano sob uma lógica de criação de uma ordem visual da cidade, baseada na substituição da vida pela arte; ou seja, de técnicos do planejamento urbano, que não desenvolvem táticas diferentes, por lhes faltar uma estratégia de projeto adequada às cidades e aos seus habitantes.

A autora destaca, por exemplo, os projetos de revitalização, que são, em geral, “[...] conjuntos abstraídos da cidade comum e separados” (JACOBS, 2011, p. 437). Logo, a reintegração destes projetos à cidade é imprescindível, não, só, para dar vida a conjuntos ditos perigosos e estagnados, como, também, para o planejamento urbano amplo de distritos. Os planejadores precisam diagnosticar as condições capazes de gerar a diversificação, que falta nestas áreas, com a introdução de usos, além do residencial, uma vez que a ausência de usos combinados suficientes gera a monotonia, o perigo e a falta de comodidade.

Para que esta diversificação de usos e de vitalidade nas cidades seja alcançada, é importante que a população participe dos processos de gestão do planejamento urbano e, quanto a isso, Jacobs (2011) aponta a figura das audiências públicas, sobre as quais apresenta dois interessantes pontos de vista.

O primeiro, acerca da complexidade dessas audiências; da falta de controle sobre certos assuntos; dos desdobramentos, relacionados a tipos muito diferentes de problemas, de carências e de serviços, que se “emaranham” em determinado lugar; além de serem expostas, nas audiências, em geral, a “[...] impotência e sua companheira, a ineficiência” (JACOBS, 2011, p. 452).

Por outro lado, ela observa, também, que as audiências podem ser animadoras, pela grande vitalidade, seriedade e sensibilidade que alguns cidadãos mostram nessas ocasiões. Pessoas comuns, inclusive, os pobres, os discriminados, os de pouca instrução, “[...] demonstram suas grandezas de espírito” (JACOBS, 2011, p. 452), expõem com clareza sobre sua vivência diária e sobre suas preocupações.

Portanto, para atender às demandas desta população, o planejamento urbano deve se voltar à vitalidade, estimular e catalisar a maior quantidade possível de diversidade, em meio aos usos e às pessoas em cada distrito da cidade; constatações estas, que, segundo Jacobs (2011, p. 453), constituem o “[...] alicerce fundamental da força econômica, da vitalidade social e do magnetismo urbanos”.

O planejamento voltado à vitalidade deve, deste modo, conforme aponta a autora, promover uma relação mútua entre vizinhanças, a partir da qual moradores e proprietários informais possam: contribuir com a segurança dos espaços públicos; combater a existência prejudicial das zonas de fronteira; visar à recuperação de cortiços, para uma melhor qualidade de vida dos moradores; transformar a autodestruição da diversidade e outros usos indiscriminados do dinheiro em mecanismos construtivos; e revelar a ordem visual das cidades (JACOBS, 2011).

Nesse tipo de planejamento, alerta Jacobs (2011), ao final da obra, não basta que os administradores de várias áreas conheçam serviços e técnicas específicas. Antes, é necessário que conheçam, a fundo, lugares específicos e únicos.

3 CONCLUSÕES E AVALIAÇÕES DA OBRA

A autora sinaliza que, para pensar as cidades e para se chegar a alguma conclusão, uma das principais coisas a saber é que tipos de problemas as cidades apresentam, já que todos os problemas não podem ser analisados da mesma forma.

Para Jacobs (2011), os teóricos do planejamento urbano moderno convencional têm confundido e reduzido constantemente os problemas da cidade a situações de menor complexidade, o que leva à insistência em análises e em tratamentos tradicionais, frutos da influência de linhas de pensamento que não correspondem à realidade contemporânea.

O planejamento urbano, segundo a autora, estaria paralisado em princípios e em modelos derivados de um planejamento convencional. Os planos atuais não apresentam progresso ou apresentam um progresso muito pequeno. Portanto, se os planejadores urbanos e os legisladores continuarem atrelados a perspectivas que os levam a compreender os problemas da cidade como uma ciência exata, o planejamento urbano não progredirá e, naturalmente, estagnar-se-á.

Nesse sentido, Jacobs (2011, p. 484) indica os modos de reflexão mais importantes, quanto à compreensão das cidades, quais sejam: a reflexão sobre os processos; o uso da indução, raciocinando do particular para o genérico — e, não, ao contrário; e a procura de indícios “não médios”, que envolvam uma quantidade bem pequena de coisas, as quais revelem como funciona uma quantidade maior e “média”. Portanto, os processos são cruciais às cidades, e quando se pensa em processos urbanos, deve-se, necessariamente, pensar nos catalisadores destes processos.

Diante disso, a autora caracteriza as cidades vivas, diversificadas e intensas como detentoras de uma capacidade natural de compreender, de comunicar, de planejar e de inventar o que for necessário para enfrentar as dificuldades. Elas contêm, assim, “[...] as sementes da sua própria regeneração”, enquanto as cidades monótonas e inertes possuem, na verdade, “[...] as sementes da sua própria destruição” (JACOBS, 2011, p. 489).

É notório que a obra de Jane Jacobs em exame se tornou um clássico atemporal para os debates acerca do urbanismo e do planejamento urbanos, sobretudo, por ser um dos trabalhos pioneiros sobre o estudo das cidades vistas como espaços cheios de vida, com uma abordagem mais sociológica do que técnica, que aponta a melhor interação entre os moradores, os usos e o espaço urbano, analisados também a partir de uma perspectiva de gênero, abrindo caminhos para o aprofundamento e para o desenvolvimento de ferramentas de estudos nesse campo, para além dos modelos funcionalistas de um urbanismo convencional, buscando alcançar um planejamento urbano mais humanizado.

O olhar minucioso da autora acerca da vida cotidiana comum urbana nos transporta para o seu campo de observação e nos instiga ao questionamento e à reflexão, a partir de suas críticas e de seus argumentos, propostos na década de 1960, que, no entanto, mostram-se bastante atuais, mesmo passados 60 anos da publicação original, uma vez que os problemas verificados no contexto das cidades, à época, ainda estão arraigados no espaço urbano.

As reflexões inseridas na obra nos permitem compreender que as vivências na cidade (as pessoas e seus comportamentos e as relações e interações existentes entre elas) são, em geral, esquecidas/ignoradas no processo de planejamento urbano, fator que deveria ser considerado, desde o início do processo, incluindo a participação da população e a imersão dos técnicos de planejamento no meio em que vivem aqueles que realmente irão usufruir cotidianamente do espaço construído. Portanto, as palavras de ordem deveriam ser: observar, escutar, experimentar, aprender e respeitar as opiniões, as vivências e as expectativas de todos que fazem parte da comunidade, que receberá a intervenção urbana.

A obra se mostra ainda mais interessante por ser, também, um alerta sobre como as cidades vêm sendo planejadas, ao longo do tempo, com base em critérios predominantemente funcionalistas, que resultam, em geral, no esvaziamento, na degradação e no crescimento da violência nos espaços públicos das cidades, e apontam para a sua nocividade, não, só, aos cidadãos quanto à própria sobrevivência da cidade.

Atualmente, apesar de os argumentos propostos por Jacobs (2011) serem utilizados em discursos políticos e em justificativas de projetos de arquitetos e de *designers*, nota-se que a sua aplicabilidade, muitas vezes, é distorcida, porque, ainda que se diga que a prioridade no planejamento urbano sejam as pessoas, em geral, estas pessoas referidas são as das classes média e alta, ou seja, os espaços são construídos sob a luz de diretrizes segregadoras e mercadológicas, que inviabilizam o uso pleno destes por todos os cidadãos.

O olhar proposto por Jacobs, na verdade, mostra-se mais sensível, principalmente, no tocante aos bairros periféricos/segregados da cidade, de modo a compreender como os moradores destes espaços, mesmo diante de um equipamento urbano sem qualidade, conseguem se adaptar e dar vida a esses locais. Este cenário reflete o desejo e a necessidade das pessoas de se apropriarem dos espaços públicos e mostra que é fundamental a capacidade de entender como funcionam estas interações e estas vivências, para que

possam ser pensadas, enquanto objetos principais de um planejamento urbano, em que se pretenda constituir um bairro e/ou uma cidade saudáveis, seguros, multifacetados e dignos a todos.

Portanto, as diretrizes propostas por Jane Jacobs deveriam estar presentes em todo e qualquer plano diretor e nos planos de intervenção urbanística, com determinações claras, que incentivem a autogestão de bairros e o compartilhamento de diálogo e de ações entre moradores e poder público. De alguma forma, embora sua visão seja específica de uma rua e de um bairro norte-americanos de classe média, dentro de uma escala menor, em um país considerado desenvolvido, a autora deixa um alerta importante sobre a necessidade de se observar a vida das cidades, de acordo com as suas peculiaridades, e inserir os cidadãos em um papel prioritário. Neste sentido, Jacobs instiga o pensamento criativo acerca de ferramentas, com base na análise de realidades mais específicas (escala micro), que proponham soluções passíveis de serem aplicadas ou utilizadas como suporte para contextos e para realidades mais amplos (escala macro).

REFERÊNCIAS

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 532 p.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. 268 p.

TAVOLARI, B. Jane Jacobs: contradições e tensões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p13>. Acesso em: 04 nov. 2020.

Texto submetido à Revista em 19.05.2021

Aceito para publicação em 18.01.2022

